

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
CONTROLE INTERNO

Rua Frei Vito Berscheid, 708
85568-000 - Saudade do Iguaçu - Paraná

Ofício/OC nº. 003/2016

Em, 24 de março de 2016.

Prezado Senhor

Nos termos do Artigo 74, da Constituição Federal, do Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/00, e em atendimento ao disposto no Capítulo III da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda o disposto nos Acórdãos do Tribunal de Contas que tratam da implantação do Sistema de Controle Interno, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o **RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante do anexo 1/PCA item 3 e 4 da Instrução Normativa 104/2015 da prestação de contas referente ao **Exercício de 2015**.

Sendo o que nos apresenta para o momento e certos de poder contar com a compreensão de Vossa Senhoria ao exposto, reiteramos no ensejo os nossos protestos de elevada estima e superior consideração.

Cordialmente.



SIDNEI LUIZ DERLAN
Controle Interno

Ilustríssimo Senhor
MAURO CESAR CENCI
Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu
Saudade do Iguaçu - Paraná

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU
SERVIÇO DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO**

COMPROVANTE DE PROTOCOLIZAÇÃO

Acusamos o recebimento do processo abaixo discriminado:

Assunto:CONTROLE INTERNO

Subassunto: OFICIO N°

Descrição:ENTREGA DE RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

No.Processo : 009068

Data Protoc: 24/03/16 -

Requerente: SIDNEI LUIZ DERLAN

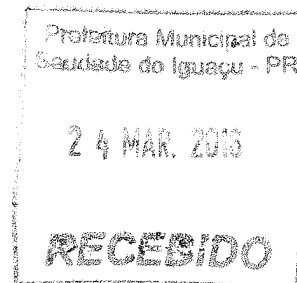
Logradouro: RUA AV IGUAÇU

Numero:

Bairro:CENTRO

CEP:85568000

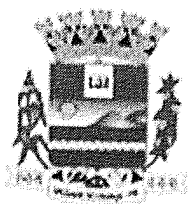
TELEFONE:



24/03/2016

Assinatura do Requerente

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – Rua Frei Vito Bercheid N° 708



Modelo 2 da Instrução Normativa nº. 114/2016

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Exercício de 2015

1. Normatização

- ✓ Lei Nº 423/2007, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2007, que Institui o Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo; E estabelece as Normas gerais sobre a fiscalização da administração direta e indireta dos Poderes Executivos e Legislativo Municipal.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

1º CONTROLADOR	
Nome:	SIDNEI LUIZ DERLAN
CPF:	475.480.881-91
RG:	000625903 - SSP - MS
Endereço:	Rua Antonio Fabris , 1987
Bairro:	Centro
CEP:	85.568-000
Cidade:	SAUDADE DO IGUAÇU
Estado:	PARANÁ
Telefone:	46-3246-1414
e-mail:	slderlan@yahoo.com.br
Período de responsabilidade:	Data do Início: 28/11/2007 Data do Fim: 31/12/2016
Servidor Ocupante de Cargo Efetivo?	(X) SIM () NÃO
Nome do Cargo Ocupado:	CONTADOR
Ato de nomeação:	Portaria 094/2007
Data de nomeação no cargo:	31/07/2007
Data de realização do concurso:	16/03/2007

3. Relação de Servidores

No encerramento do Exercício de 2015, a equipe da Controladoria do Município de Saudade do Iguaçu - PR, composta pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Data Lotação	Função	Natureza
SIDNEI LUIZ DERLAN	28/11/2007	Coordenador Geral do Sistema de Controle Interno	Efetivo

4. Ações desenvolvidas

Os trabalhos foram realizados tendo uma verificação dos principais focos de controles, tendo como base principal a verificação do Controle Patrimonial, a verificação das publicações Legais, sendo da Poder Executivo Municipal de Saudade do Iguaçu, os Relatórios Bimestrais, e Relatórios Semestrais, a verificação dos Gastos com Pessoal e o Acompanhamento da situação Financeira e Orçamentária, sendo necessário novo relatório devido ao fechamento com ajustes de lançamentos em que ocasionaram mudanças nos índices e valores da movimentação do Município.

Foram realizados avaliações Semestrais de 2015, sendo o 1º Semestre de 2015, foram efetuados relatórios na data de 20 de agosto de 2015, 6º Bimestre e 2º Semestre de 2015 em 14 de março de 2016, verificando a situação Financeira e Orçamentária, Gastos com Pessoal, Análise dos programas previstos na Lei 803/2013 de 31/10/2013 - PPA de 2014 à 2017 e Lei 890/2014 de 10/11/2014 - LOA, bem como acompanhamento do patrimônio, Diárias, Acompanhamento das Receitas e Despesas, Acompanhamento das Despesas da Frota Municipal e síntese Geral da Situação com Gastos de Saúde e Educação.

5. Síntese das avaliações

Elencamos abaixo os itens/assuntos que fizeram parte do programa de trabalho desenvolvido pelo Controle Interno do Município de Saudade do Iguaçu - PR, durante o **Exercício de 2015**, bem como, alguns comentários, justificativas e providências adotadas, consideradas relevantes, em virtude das avaliações e resultados apresentados na **Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu**:

Procedimentos Realizados	Avaliação
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	REGULAR
Eficácia da aplicação das políticas de governo	REGULAR
Estimativas da receita em bases conservadoras	REGULAR
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	REGULAR
Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR
Execução Orçamentária	
Realização da Receita e renúncia fiscal	REGULAR
Medidas para cobrança da Dívida Ativa	REGULAR
Programação financeira e congelamento de dotações	REGULAR
Publicidades do RREO	REGULAR
Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	REGULAR
Créditos Especiais	REGULAR
Subvenções Sociais Concedidas	
Propriedade na concessão - Interesse público	REGULAR
Aplicação dos recursos - Prestações de Contas	REGULAR
Convênios e Auxílios recebidos	
Aplicação dos recursos - Prestações de Contas	REGULAR
Obras e Serviços de Engenharia em andamento	
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR



Obras e Serviços de Engenharia concluídos no exercício	
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR
Compras e Serviços	
Procedimentos Licitatórios	REGULAR
Dispensas de Licitação	REGULAR
Contratos e Aditivos	REGULAR
Entrega do Objeto do Contrato	REGULAR
Conselho de Controle Social do FUNDEB	
Ato de nomeação dos membros Decreto nº 116/2013 de 25 de novembro de 2013 alterado pelo Decreto nº 152/2015 de 24 de setembro de 2015.	REGULAR
Composição (Número de membros e representação) O Conselho é composto por 20 membros e o Presidente a Sra. MARIZETE FABRIS.	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões São realizadas reuniões bimestrais	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2015 Parecer pela Regularidade – Aprovada as contas	REGULAR
Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – Aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no exercício de 2015 Parecer pela Regularidade – Aplicação de 99,79% da receita do FUNDEB .	REGULAR
Parecer do Conselho em relação à aplicação no exercício de 2015 de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB. Parecer pela Regularidade – Aplicação de 96,05% em relação as despesas dos recursos do FUNDEB .	REGULAR
Conselho de saúde	
Ato de nomeação dos Membros (indicar nº) Decreto n. 073/2013 de 26 de setembro de 2013	REGULAR
Composição (Número de membros e representação) O conselho é composto por 12 membros e o Presidente a Sra. Michele Huana Beletato	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões São realizadas reuniões trimestrais	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2015 Parecer pela aprovação das Contas- Regularidade	REGULAR
Comitê Municipal do Transporte Escolar	
Lei de Criação (indicar nº) Não possui	REGULAR
Ato de nomeação dos Membros (indicar nº) Portaria nº 120/2011, de 21 de dezembro de 2011, sendo quatro membros e quatro suplentes.	REGULAR
Parecer do Comitê em relação às competências descritas no art. 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED. Parecer pela aprovação das Contas- Regularidade	REGULAR

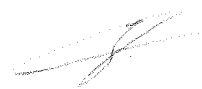
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da Despesa	REGULAR
Limite de Gastos Os gastos totalizados pelo Poder Executivo com Despesas de Pessoal totalizou no exercício o montante de 14,17% da sua Receita Corrente Líquida, ou seja, CUMPRIU os limites estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alíneas a e b, da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	REGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR
Dívida Consolidada	
Apropriação contábil da Dívida	REGULAR
Limite da Dívida Consolidada O montante da Dívida Pública Municipal corresponde a 4,19% da sua Receita Corrente Líquida, isto é, está abaixo do limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, posteriormente regulamentado pelo Senado Federal, através da Resolução 40, de 2001, que fixou o teto da Dívida Pública em 120% (cento e vinte por cento) do valor da RCL - Receita Corrente Líquida. Diante dos números apresentados, a Entidade está sujeito às penalidades dispostas no artigo 31, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com vistas a reconduzir o montante da Dívida aos limites estabelecidos.	REGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR
Limites Constitucionais	
Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental Pelos dados aqui exposto, fica evidenciado que o município aplicou em Educação o equivalente a 22,33% , ou seja, NÃO CUMPRIU o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25%, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.	RESSALVA
Efetividade das Despesas com a Saúde De acordo com o exposto, o município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o equivalente a 6,17% da sua receita proveniente de impostos no período, isto é, NÃO CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais.	RESSALVA
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	
- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	REGULAR
- Diário da Contabilidade	REGULAR
- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	REGULAR
- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	REGULAR
- Licitações e Contratos	REGULAR

- Obras públicas	REGULAR
- Convênios e Auxílios Recebidos	REGULAR
- Subvenções e Auxílios Concedidos	REGULAR
- Lei de Responsabilidade Fiscal	REGULAR
- Informações Anuais	REGULAR
- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	REGULAR

6. Considerações relevantes e medidas recomendadas

Nos dias 21/01/2015 e 31/08/2015 o município de Saudade do Iguazu recebeu os valores de R\$ 1.979.274,99 e R\$ 59.306.546,37, respectivamente, que estavam depositados em contas judiciais oriundas de ação movida na justiça contra o Estado do Paraná e os outros municípios da região do lago da Usina de Salto Santiago referente ao repasse da Cota Parte do ICMS gerado pela referida usina hidrelétrica. Esses valores já estavam líquidos da dedução para o FUNDEB que ocorreu no momento do depósito pelo Estado nas contas judiciais conforme informação dada pela SEFA, e, seguindo orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pela STN, o município contabilizou nas referidas datas a arrecadação bruta da Cota Parte do ICMS nos valores de R\$ 2.474.093,73 e R\$ 74.133.182,96, e o valor das respectivas deduções para o FUNDEB nos valores de R\$ 494.818,74 e R\$ 14.826.636,59, para registrar o ingresso dos valores vindos das contas judiciais. Dessa forma, ao registrar como receita de ICMS, o município teve que fazer também os repasses obrigatórios para a educação e saúde do montante arrecadado; neste sentido, o município transferiu para a saúde o valor de R\$ 11.491.091,51, referente aos 15% destinados às ações e serviços de saúde em cumprimento ao art. 7º da Lei Complementar 141/2012, e transferiu para a educação o valor de R\$ 3.582.954,47, em cumprimento ao previsto no art. 212 da Constituição Federal que determina o repasse de 25% da arrecadação de transferências constitucionais para o financiamento das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. O repasse feito pelo município para a educação foi o equivalente a 5% do valor arrecadado, pois houve a dedução/retenção de 20% para o FUNDEB quando foram feitos os depósitos nas contas judiciais pelo Estado.

Devido ao excesso de arrecadação da Cota Parte do ICMS o valor da receita corrente líquida do município em 2015 ficou com um valor alto e conseqüentemente reduziu bastante o valor do índice da despesa com pessoal. O índice da Despesa com Educação e o índice da Despesa com Saúde ficaram com valores abaixo dos percentuais mínimos exigidos pela legislação (conforme demonstrado nos Limites Constitucionais); os índices mínimos não foram atingidos porque o município não conseguiu aplicar/utilizar a totalidade dos valores repassados à saúde e educação referente ao ICMS vindo das contas judiciais até a data de 31/12/2015, o que se justifica pelo motivo de ser um fato recente e que gerou um valor muito grande de receita destinado à educação e saúde. Deve-se ressaltar que os números das Metas Fiscais registrados ao final do exercício financeiro de 2015 são atípicos e somente atingiram esses valores devido ao excesso de arrecadação de ICMS vindo das contas judiciais.

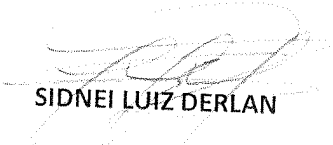


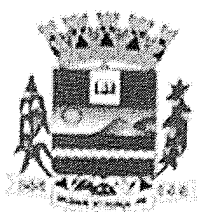
7. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados novamente os documentos ajustados abaixo para a câmara Municipal em 21 de março de 2016, conforme protocolo nº 077, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar nº 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldo financeiros em caixa e bancos em 31/12/2015, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de balanço previstos no art. 101 da Lei 4320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2015, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2015, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviando ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

Saúde do Iguaçu - PR, 24 de março de 2016


SIDNEI LUIZ DERLAN
Coordenador Controle Interno



Modelo 3-A/PCA da Instrução Normativa nº. 114/2016

MUNICÍPIO DE SAUDE DO IGUAÇU - PR

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2015

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno, sobre os atos de gestão do exercício financeiro de **2015**, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAUDE DO IGUAÇU, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

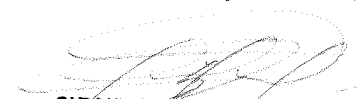
A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão em questão, das seguintes inconformidades:

Pelo **NÃO CUMPRIMENTO** dos limites Constitucionais de Educação e Saúde, devido ao recebimento de parcelas de ICMS em ações judiciais de anos anteriores, do qual sugere-se o comprometimento do município quanto ao atendimento dos valores restante em exercícios seguintes.

Sendo pela **REGULARIDADE COM RESSALVA**, devido que o município efetuou o repasse dos montantes devidos em contas específicas nas fontes da educação e saúde, ao qual não houve tempo hábil para que o município efetuasse as despesas necessárias para o atingimento dos limites constitucionais.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Saude do Iguaçu - PR, 24 de março de 2016.


SIDNEI LUÍZ DERLAN
Coordenador Controle Interno

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU

**PARECER FINAL DO CONTROLE INTERNO DA MUNICIPIO DE
SAUDADE DO IGUACU SOBRE AS CONTAS DO EXERCICIO
FINANCEIRO DE 2015**

ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
EXERCICIO DE 2015

APRESENTAÇÃO

Nos termos do Artigo 74, da Constituição Federal, do Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/00, e em atendimento ao disposto no Capítulo III da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda o disposto nos Acórdãos do Tribunal de Contas que tratam da implantação do Sistema de Controle Interno, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2015.

INTRODUÇÃO

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2015, otimizar a prestação de serviços interna e externa, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015			
Receita Prevista por Categoria	Valor	Despesa Fixada por Categoria	Valor
Receitas Correntes	33.323.540,00	Despesa Corrente	23.026.390,00
Receitas de Capital	1.000.000,00	Despesa de Capital	3.598.230,00
Dedução Fundeb	-5.314.840,00	Reserva de Contingência	275.000,00
TOTAL	29.008.700,00	TOTAL	26.899.620,00

Da elaboração e execução do Orçamento:

Conforme demonstrado no quadro acima, o Orçamento para o exercício em questão estimou a receita em R\$ 26.899.620,00, e fixou a despesa em igual importância. Os parâmetros utilizados para a definição dos valores, baseou-se principalmente na evolução média ocorrida nos últimos três exercícios.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes.

Após a publicação do orçamento, atendendo o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi elaborado o quadro de Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Através do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 2015							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença
Rec. Correntes	33.323.540,00	103.428.752,38	70.105.212,38	Desp. Orçam.	26.899.620,00	64.878.113,83	37.978.493,83
Rec. Capital	1.000.000,00	1.047.167,48	47.167,48	Créditos Espec.	0,00	0,00	0,00
Ded. Fundeb	-5.314.840,00	-21.370.132,39	-16.055.292,39	Créditos Extra.	0,00	0,00	0,00
SOMA	29.008.700,00	83.105.787,47	54.097.087,47	SOMA	29.008.700,00	64.878.113,83	-35.869.413,83
----	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	18.227.673,64	89.966.501,30
TOTAL	29.008.700,00	83.105.787,47	54.097.087,47	TOTAL	29.008.700,00	83.105.787,47	54.097.087,47

Análise do Balanço Orçamentário:

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$. 29.008.700,00 e a receita efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$. 83.105.787,47, ocorrendo um Superávit (excesso) de arrecadação no valor de R\$ 54.097.087,47.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES:

O Quadro abaixo demonstra uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS								
EXERCÍCIOS	2013		2014			2015		
Especificação	Arrecadado	AV %	Arrecadado	AH %	AV %	Arrecadado	AH %	AV %
Rec. Correntes	26.040.810,29	97,80	33.403.005,46	28,27	89,75	82.058.619,99	145,66	98,74
Rec. Capital	586.159,59	2,20	3.813.416,54	550,58	10,25	1.047.167,48	-72,54	1,26
SOMA	26.626.969,88	100,00	37.216.422,00	39,77	100,00	83.105.787,47	123,30	100,00

Pelo quadro constatamos que as Receitas Correntes do exercício em análise representaram 98,74% do total da Receita Arrecadada, enquanto que as Receitas de Capital representaram 1,26%.

Podemos perceber ainda a partir do quadro acima que o total da Receita do corrente exercício apresentou um crescimento da ordem de 123,30% em relação anterior.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES:

O Quadro abaixo demonstra uma análise horizontal e vertical da despesa realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS								
EXERCÍCIOS	2013		2014			2015		
Especificação	Realizada	AV %	Realizada	AH %	AV %	Realizada	AH %	AV %
Desp. Correntes	21.298.952,04	79,68	28.317.465,14	32,95	85,35	53.505.180,85	88,95	82,47
Desp. Capital	5.431.314,30	20,32	4.860.591,59	-10,51	14,65	11.372.932,98	133,98	17,53
SOMA	26.730.266,34	100,00	33.178.056,73	24,12	100,00	64.878.113,83	95,55	100,00

Pelo quadro constatamos que as Despesas Correntes do exercício em análise representaram 82,47 % do total da Despesa Realizada, enquanto que as Despesas de Capital representaram 17,53 %.

Podemos perceber ainda a partir do quadro acima que a Despesa Realizada no corrente exercício apresentou um crescimento na ordem de 95,55 % em relação ao exercício anterior.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2015, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em resumo, a execução financeira no exercício financeiro em questão assim se processou:

BALANÇO FINANCEIRO			
Ingressos (R\$)		Dispêndios (R\$)	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Orçamentários	83.105.787,47	Orçamentários	64.878.113,83
Interferências	21.943,04	Interferências	616.750,69
Extra-Orçamentários	0,00	Extra-Orçamentários	0,00
Disponível Exercício Ant.	4.073.861,06	Disponível Exercício Seguinte	49.698.015,73
TOTAL	87.201.591,57	TOTAL	115.192.880,25

Da variação dos saldos do Ativo Disponível:

Comparando os saldos do Ativo Disponível do exercício atual no valor de R\$. 49.698.015,73, com os saldos advindos do exercício anterior, na importância de R\$. 4.073.861,06, concluímos que houve um crescimento favorável na importância de R\$. 45.624.154,67, que corresponde a 1.119,92 %.

De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio do Município nos últimos dois exercícios

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS					
ATIVO			PASSIVO		
Títulos	2014	2015	Títulos	2014	2015
Financeiro	4.083.221,42	49.732.735,45	Financeiro	751.558,55	1.087.059,29
Permanente	46.569.525,63	51.056.819,34	Permanente	2.907.909,75	3.576.872,49
Ativo Real	50.652.747,05	100.789.554,79	Passivo Real	3.659.468,30	4.663.931,78
Passivo. Real a Descoberto	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	46.993.278,75	96.125.623,01
Compensado	0,00	0,00	Compensado	0,00	0,00
TOTAL	50.652.747,05	100.789.554,79	TOTAL	50.652.747,05	100.789.554,79

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

O Ativo Real corresponde a soma do Ativo Financeiro (disponível + realizável) com o Ativo Permanente (bens móveis e imóveis + dívida Ativa tributária).

Já o Passivo Real corresponde a soma do Passivo Financeiro (restos a pagar + depósitos de diversas origens) com o Passivo Permanente (dívida fundada interna).

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real à Descoberto.

No exercício em análise, temos uma situação favorável, pois apurou-se um Ativo Real Líquido na importância de R\$. 96.125.623,01.

Do Demonstrativo das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Variações Ativas	Valor	Variações Passivas	Valor
Res. Execução Orçament.	85.810.774,35	Res. Execução Orçament.	65.170.194,01
Receita Orçamentária	83.105.787,47	Despesa Orçamentária	64.878.113,83
Mutações Patrimoniais	2.704.986,88	Mutações Patrimoniais	292.080,18
Indep. Execução Orçament.	63.472,12	Indep. Execução Orçament.	3.616.106,80
Total Variações Ativas	85.874.246,47	Total Variações Passivas	68.786.300,81
Déficit	0,00	Superávit	17.087.945,66
TOTAL	85.874.246,47	TOTAL	85.874.246,47

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício em análise, apurou-se um superávit no Resultado Patrimonial de R\$. 17.087.945,66.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Valor da Receita Corrente Líquida no encerramento do exercício	102.381.584,90
Saldo da Dívida Fundada no início do Exercício	2.907.909,75
Valor das novas Dívidas emitidas no Exercício	1.788.709,79
Valor das Atualizações (correções) da Dívida Fundada	0,00
Valor das Amortizações (resgates) de Dívidas ocorridas no exercício	404.141,31
Valor das Dívidas Canceladas no exercício	0,00
SALDO DA DÍVIDA FUNDADA NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	4.292.478,23
Comprometimento da Dívida Fundada em Relação a RCL	4,19

O quadro acima demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Estas obrigações são representadas pelos empréstimos, financiamentos e parcelamentos.

O montante da Dívida Pública no encerramento do exercício, no valor de R\$ 4.292.478,23, correspondia a 4,19 % do valor da Receita Corrente Líquida, ou seja, encontra-se dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ		
Titulos	2014	2015
Disponível em Caixa e Bancos (A)	4.073.861,06	49.698.015,73
Passivo Financeiro (B)	751.558,55	1.087.059,29
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	5,42	45,72

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto prazo, o município possuía disponível em Caixa e Bancos Conta Movimento a importância de R\$. 45,72.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
Titulos	2014	2015
Ativo Financeiro (A)	4.083.221,42	49.732.735,45
Passivo Financeiro (B)	751.558,55	1.087.059,29
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	5,43	45,75

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto prazo, o município possuía de recursos financeiros o montante de R\$. 45,75.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
Titulos	2014	2015
Titulos		100.789.554,79
Passivo Real (B)		4.663.931,78
Índice de Liquidez Real (A/B)		21,61

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto, médio e longo prazo, o município possuía de Ativo Real o montante de R\$. 21,61.

DAS DESPESAS COM PESSOAL NO EXERCÍCIO

DESPESA COM PESSOAL	
Titulos	Valores
VALOR DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	102.381.584,90
Total Gasto com Pessoal Ativo	13.988.014,74
Total Gasto com Pessoal Inativo	0,00
Contratos Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	520.228,81
Desp. não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	0,00
Repasse Previdenciário ao RPPS	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO	14.508.243,55
PERCENTUAL APLICADO NO EXERCÍCIO	14,17

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida apurada no período. Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o município gastou com despesas de pessoal, o montante de 14,17% de sua Receita Corrente Líquida, ou seja,

CUMPRIU OS LIMITES de pessoal estabelecidos no Artigo 169 da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alíneas a e b, da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante destes números, o município não está obrigado a adotar as medidas enunciadas no Parágrafo Único, incisos I a V, do Artigo 22 da LRF, pois sequer atingiu o limite prudencial (51.3% da RCL).

DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO EXERCÍCIO

TOTAL DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO EXERCÍCIO	
Titulos	Valores
VALOR DA RECEITA DE IMPOSTOS (base para Educação)	114.752.430,75
Total de gastos na Função 361 - Ensino Fundamental	4.533.101,02
Total de gastos na Função 365 - Ensino Infantil	1.909.068,31
Total de gastos em outras Funções (educação)	377.847,48
Total das Despesas para efeito de cálculo	25.619.163,32
Percentual aplicado no exercício	22,33
Valor das despesas efetuadas a maior ou menor	-3.068.944,37
Percentual aplicado acima ou abaixo do limite	-2,67

O limite mínimo de gastos em Educação está definido no artigo 212 da Constituição Federal. Nele está determinado que o município não poderá gastar menos de 25% da receita resultante de impostos na manutenção do ensino.

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o município aplicou apenas o montante de 25.619.163,32, que corresponde ao percentual de 22,33 % da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino, ou seja, NÃO CUMPRIU o referido dispositivo legal.

Na análise dos gastos com educação, destaca-se o montante das despesas no Ensino Fundamental, no montante de R\$. 4.533.101,02, correspondente a 17,69 % do total das despesas realizadas no exercício, enquanto que a aplicação no Ensino Infantil foi de R\$ 1.909.068,31, correspondendo a 7,45 % do total das despesas.

DAS DESPESAS COM FUNDEB NO EXERCÍCIO

DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES DO FUNDEB	
Titulos	Valores
Valor da Receita do FUNDEB	2.438.656,45
Total das Despesas realizadas com recursos do FUNDEB	2.533.589,96
Valor aplicado para efeito de Cálculo	2.433.507,60
Percentual aplicado com Despesas do Magistério (em relação à Receita)	99,79
Percentual aplicado com Despesas do Magistério (em relação à Despesa)	96,05

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com o pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o município aplicou 99,79% da sua receita do FUNDEB, ou seja, CUMPRIU o disposto no Artigo 60, § 5º, do ADCT - Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº. 53, de 06 de dezembro de 2006. Se compararmos esta despesa do magistério ao total de despesas realizadas com os recursos do FUNDEB, concluímos que ela representa o montante de 96,05%.

DOS GASTOS COM AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE NO EXERCÍCIO

TOTAL DOS GASTOS COM AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE	
Títulos	Valores
VALOR DA RECEITA DE IMPOSTOS (base para Saúde)	114.344.777,98
Total de Despesas realizadas com Recursos Próprios	7.057.491,21
Total de Despesas realizadas com Outras Fontes de Recursos	1.162.607,51
Total das Despesas realizadas em Ações Básicas de Saúde	8.220.098,72
Total das Despesas para efeito de cálculo	7.057.491,21
Percentual aplicado no exercício	6,17
Valor das despesas efetuadas a maior ou menor	-10.094.225,49
Percentual aplicado acima ou abaixo do limite	-8,83

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite mínimo a ser aplicado na saúde, com vigência a partir do exercício financeiro de 2000. A partir do exercício financeiro de 2000, os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Os dados apresentados na tabela acima demonstram que o município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$. 7.057.491,21, equivalente a 6,17% da receita proveniente de impostos no período, evidenciando assim, que NÃO CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com base nos dados acima, concluímos ainda que as despesas com recursos próprios representam 85,86% do total das despesas realizadas, enquanto que 14,14% das despesas foram realizadas por conta de outras fontes de receitas.

DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO

DESPESAS REALIZADAS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Títulos	Valores
Valor Receita Tributária (base para suprimimento) exercício ant.	34.557.193,26
Total de Gastos com Pessoal da Câmara no exercício	987.659,70
Valor dos Suprimentos Repassados no exercício	2.285.000,00
Total das Despesas Empenhadas pelo Poder Legislativo no exerc.	1.330.144,63
Percentual da Folha em relação à Receita Corrente Líquida	0,96
Percentual da Folha em relação ao Suprimento Recebido	43,22
Percentual da Folha em relação ao Suprimento Permitido	35,73
Percentual que representa o Suprimento em relação à Receita Tributária	6,61

O valor do suprimento repassado para a Câmara de Vereadores no exercício atingiu o montante de R\$. 2.285.000,00. Isto representa 6,61% da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, o que vale dizer que o Poder Executivo CUMPRIU o disposto no artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

O percentual de gastos de Pessoal da Câmara de Vereadores foi de 0,96% da Receita Corrente Líquida, ou seja, CUMPRIU os limites estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O percentual de gastos da Folha de Pagamento do Poder Legislativo em relação ao suprimento recebido/permitido foi de 35,73. Conclui-se então que a Câmara de

Vereadores CUMPRIU o limite estabelecido no artigo 29-A, § 1, da Constituição Federal.

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS NO EXERCÍCIO

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	Ingresso	Aplicação
Total dos Saldos do Eexercício Anterior	194.478,45	108.272,80
Valor total de bens alienados no exercício	0,00	0,00
Totais	194.478,45	108.272,80
Saldo para o Exercício Seguinte	86.205,65	86.205,65

O quadro acima demonstra a origem e a destinação dos recursos da alienação de ativos no exercício em análise. De acordo com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o produto da alienação de ativos só poder ser reaplicados em Despesas de Capital.

CONCLUSÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, na forma da legislação pertinente e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo. O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2015. O nosso trabalho consistiu em analisar todos os demonstrativos do Balanço, bem como, analisar o cumprimento dos índices constitucionais e legais. Diante do exposto, concluímos que a as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição orçamentária, patrimonial e financeira da Prefeitura e suas entidades na data de encerramento do exercício, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.


SIDNEI LUIZ DERLAN
Coordenador Controle Interno

Declaração do gestor responsável pela execução financeira e orçamentária

Eu, DAIANE CAMBRUZZI, gestor responsável pela execução financeira e orçamentária desta entidade emito, sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, confirmando que tomei conhecimento das conclusões nele contidas.

GILVANE HOFFMANN
Contador

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

ACOMPANHAMENTO DE METAS FISCAIS
SITUAÇÃO:

Descrição	Valor Previsto	Valor Realizado	Diferença
Receita Corrente	33.323.540,00	102.381.584,90	69.058.044,90
Receita de Capital	1.000.000,00	1.047.167,48	47.167,48
TOTAL DA RECEITA	34.323.540,00	103.428.752,38	69.105.212,38
Despesa Corrente	23.026.390,00	50.304.683,52	27.278.293,52
Despesa de Capital	3.598.266,00	4.272.033,96	673.767,96
TOTAL DA DESPESA	26.624.656,00	54.576.717,48	27.952.061,48
Resultado Primário	1.285.410,00	35.197.932,99	33.912.522,99
Resultado Nominal	-500.000,00	-45.651.002,68	-45.151.002,68
Dívida Fiscal Líquida	2.400.000,00	4.292.478,23	1.892.478,23
Amortização da Dívida	935.000,00	450.940,64	-484.059,36

Das Metas de Arrecadação:

Os dados apontam que o município ultrapassou as Metas de Arrecadação previstas, cumprindo desta forma o disposto no Artigo 13, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto a arrecadação total prevista para o período era de R\$. 34.323.540,00, foi arrecadado o montante de R\$ 103.428.752,38.

Do Cronograma de Desembolso:

Em atendimento ao Artigo 8º, da LRF, o município estabelece o cronograma mensal de desembolso para o exercício. Analisando o total da despesa prevista até o período, no valor de R\$. 26.624.656,00 com a despesa efetivamente realizada, na importância de R\$. 54.576.717,48, conclui-se que a despesa realizada ficou acima da previsão. O confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período apresenta valores positivos, ou seja, existe planejamento para manutenção do equilíbrio financeiro. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$. 103.428.752,38, as despesas contabilizam a soma de R\$. 54.576.717,48, proporcionando um superávit de R\$. 48.852.034,90.

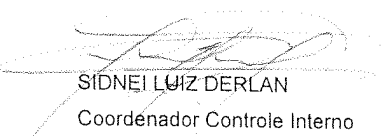
Do Resultado Primário e Nominal:

O Resultado Primário verificado até o período, na importância de R\$. 35.197.932,99, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$. 1.285.410,00. Em se tratando do Nominal verificado até o período, na importância de R\$. -45.651.002,68, concluímos que está abaixo da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$. -500.000,00.

Da Dívida Pública Municipal:

Analisando a Dívida Fiscal Líquida atual, no valor de R\$. 4.292.478,23 com o valor do início do exercício, na importância de R\$. 2.400.000,00, verificamos um aumento desfavorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis. A Dívida pública amortizada até o período foi de R\$. 450.940,64. Isto representa 48,23 % do total previsto para o exercício, na importância de R\$. 935.000,00.

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016


SIDNEI LUIZ DERLAN

Coordenador Controle Interno



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA
SITUAÇÃO: Normal

A Secretária de Finanças da entidade está a cargo de: DAIANE CAMBRUZZI

1. Receita Corrente Prevista	33.323.540,00
2. Receita de Capital Prevista	1.000.000,00
3. Despesa Corrente Prevista	23.026.390,00
4. Despesa de Capital Prevista	3.598.266,00
5. Reserva de Contingência Prev.	292.000,00
6. Receita Corrente Arrecadada	103.428.752,38
7. Receita de Capital Arrecadada	1.047.167,48
8. Despesa Corrente Realizada	64.878.113,83
9. Despesa de Capital Realizada	11.372.932,98
10. Total da Receita Prevista até o período	34.323.540,00
11. Total da Receita Arrecadada até o período	104.475.919,86
12. Perc. Receita Arrecadada em relação à receita prevista até o período	304,39
13. Total da Despesa Prevista até o período	26.916.656,00
14. Total da Despesa Realizada até o período	76.251.046,81
15. Perc. Despesa Realizada em relação à Despesa Prevista até o período	283,29
16. Perc. Receita Corrente Arrecadada em relação à Prevista até o período	310,38
17. Perc. Receita de Capital Arrecadada em relação à Prevista até o período	104,72
18. Perc. Despesa Corrente Realizada em relação à Prevista até o período	281,76
19. Perc. Despesa de Capital Realizada em relação à Prevista até o período	316,07

Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$. 3,10 e para cada R\$. 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$. 1,05. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$. 3,04, para cada R\$. 1,00 que havia previsto. Analisando a despesa pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$. 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou R\$. 2,82. E para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$. 3,16. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$. 2,83 para cada R\$ 1,00 de despesa que havia sido previsto. Pelos dados demonstrados, fica evidenciado que o Município está arrecadando mais do que havia previsto, cumprindo desta forma o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Do confronto entre a receita e a despesa, concluímos que para cada R\$. 1,00 de receita arrecadada o Município comprometeu com despesas realizadas, a importância de apenas 0,73. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea "b" da Lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016

SIDNEI LUIZ DERLAN



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
SITUAÇÃO: Normal

A Secretária de Finanças da entidade está a cargo de: DAIANE CAMBRUZZI


ATIVO FINANCEIRO	
1. Saldo Financeiro da Prefeitura	49.698.015,73
2. Saldo Financeiro dos Fundos	0,00
3. Saldos Suprimento Câmara	1.041.418,64
4. Saldo Ativo Realizavel Prefeitura	51.056.819,34
5. Saldo Ativo Realizavel Fundos	0,00
Total Ativo Financeiro	101.796.253,71

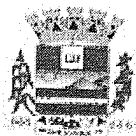
PASSIVO FINANCEIRO	
1. Restos a Pagar da Prefeitura	0,00
2. Restos a Pagar dos Fundos	0,00
3. DDO da Prefeitura	0,00
4. DDO dos Fundos	0,00
5. DEP da Prefeitura	10.602.354,33
12. DEP dos Fundos	0,00
Total Passivo Financeiro	10.602.354,33

QUOCIENTE: 0,10

O quadro acima aponta uma situação favorável, pois para cada R\$ 1,00 de recursos disponíveis a Prefeitura possui uma dívida a curto prazo de apenas R\$. 0,10. Diante deste quadro, conclui-se que a Prefeitura tende a fechar o exercício com Superávit Financeiro, cumprindo o estabelecido no artigo 48, alínea "b" da Lei 4320/64 e o Artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016


SIDNEI LUIZ DERLAN
Coordenador Controle Interno



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DA DÍVIDA PÚBLICA
6º bimestre de 2015 - Prefeitura


SITUAÇÃO: Normal

No período a Dívida Pública apresentou uma movimentação de R\$ 1.384.568,48

1. Valor Inicial	2.907.909,75
2. Inscricoes	1.788.709,79
3. Correção	0,00
4. Amortização	404.141,31
5. SALDO ATUAL	4.292.478,23
6. Limite da Dívida conforme estabelecido pelo Senado Federal	122.857.901,88

Como pode ser evidenciado nos números acima apresentados, o montante da Dívida Pública, no valor de R\$ 4.292.478,23, está abaixo do limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, posteriormente regulamentado pelo Senado Federal, através da Resolução 40, de 2001, que fixou o teto da Dívida Pública em 120% (cento e vinte por cento) do valor da RCL - Receita Corrente Líquida. Diante dos números apresentados, a Entidade não está sujeita às penalidades dispostas no artigo 31, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. A manutenção da Dívida Pública dentro dos limites legais estabelecidos é importante para a Entidade, pois nesta condição não fica impedido de realizar novas Operações de Crédito e receber transferências voluntárias das esferas Federal e Estadual.

Saudade do Iguacu - PR, 23/03/2016



SIDNEI LUIZ DÊRLAN

Coordenador Controle Interno



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

RELATÓRIO DA EDUCAÇÃO
SITUAÇÃO: **Com Anomalia**

As funções do setor de Educação estão sob a responsabilidade de: DARLEI TRENTO.

1. Valor da Receita Bruta de Impostos e Transferências	114.752.430,75
2. Valor da Despesa Liquidada na Subfunção 361 (Ensino Fundamental)	4.533.101,02
3. Valor da Despesa Liquidada na Subfunção 365 (Ensino Infantil)	1.909.068,31
4. Valor da Despesa Liquidada na Subfunção 366 (Educação de Jovens e Adultos)	377.847,48
5. Valor da Despesa Liquidada na Subfunção 367 (Educação Especial)	0,00
6. Valor da Perda/Ganho com FUNDEB	18.923.398,32
7. Valor mínimo à ser Aplicado em Educação	28.688.107,69
8. Total Valor Aplicado em Educação	25.619.163,32
9. Percentual Aplicado em Educação	22,33
10. Valor Aplicado a Maior ou Menor	-3.068.944,37
11. Percentual Aplicado a Maior ou Menor	-2,67

FUNDEB

12. Valor do Retorno do FUNDEB	2.438.656,45
13. Total da Despesa Realizada com Recursos do FUNDEB	2.533.589,96
14. Valor das Despesas com Magistério (60%)	2.433.507,60
15. Valor Mínimo à ser aplicado (60%) em relação à Receita do FUNDEB	1.463.193,87
16. Valor Mínimo à ser aplicado (60%) em relação à Despesa Realizada	1.520.153,98
17. Percentual Aplicado em relação à Receita do FUNDEB	99,79 %
18. Percentual Aplicado em Relação ao Total da Despesa Realizada	96,05 %

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o município **NÃO está cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25%**, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino. Tendo em vista que a restrição aqui evidenciada, se confirmada no fechamento do exercício, leva a rejeição das contas do município, sugere-se ao setor de planejamento a adoção de medidas com vistas a tomada de providências, para adequar as despesas de educação para cumprimento dos índices legais. Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com o pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o município aplicou 99,79% da sua receita do FUNDEB, ou seja, **CUMPRIU** o disposto no Artigo 60, § 5º, do ADCT - Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006. Se compararmos esta despesa do magistério ao total de despesas realizadas com os recursos do FUNDEB, concluímos que ela representa o montante de 96,05%.

Justificativas do Responsável:

Observações do Controlador:

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016


SIDNEI LUIZ DERLAN
CONTROLE INTERNO



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

Relatório da Saúde
SITUAÇÃO: Normal

As funções do setor de Saúde estão sob a responsabilidade de: FRANCELI DE FATIMA DAVI.


Descrição	Acumulado até o período
1. Total da receita proveniente de impostos	114.344.777,98
2. Total da Receita Vinculada à Saúde + saldo financeiro vinculado exercício anterior	150.837,65
3. Valor mínimo a ser aplicado (recursos próprios)	17.151.716,70
4. Valor Total aplicado pelo município em Ações de Saúde	8.220.099,00
5. Valor aplicado para efeito de cálculo (Emenda 29)	19.631.541,41
6. Percentual aplicado em saúde	17,17
7. Valor aplicado	2.479.824,71
8. Percentual aplicado	2,17

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$. 19.631.541,41, equivalente a 17,17% da receita proveniente de impostos no período, evidenciando assim, que CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com base nos dados acima, concluímos ainda que as despesas com recursos próprios representam 238,82% do total das despesas realizadas, enquanto que -138,82% das despesas foram realizadas por conta de outras fontes de receitas.

Justificativas do Responsável:

Observações do Controlador:

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016


SIDNEI LUIZ DERLAN
Coordenador Controle Interno



Estado do Paraná
Município de Saudade do Iguacu
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
6º bimestre de 2015 - Prefeitura

RELATÓRIO DA DESPESA DE PESSOAL

SITUAÇÃO: Normal

A área de Recursos Humanos está a cargo de: TIAGO DE SOUZA


1. Total da receita corrente líquida	102.381.584,90
2. Total da Despesa com Pessoal Ativo	13.988.014,74
3. Total da Despesa com Inativos e Pensionistas	0,00
4. Valor Contratos Terceirização (Art. 18 da LRF)	520.228,81
5. Valor das Despesas não computadas (art. 19, § 1º. da LRF)	0,00
6. Valor dos Repasses Previdenciários ao RPPS	0,00
7. Total das despesas com pessoal	14.508.243,55
8. Percentual Aplicado	14,17
9. Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 54%)	55.286.055,85
10. Limite Prudencial (art.22 da LRF - 51,3%)	52.521.753,05
11. Diferença em valor do limite	-40.777.812,30
12. Diferença em percentual do limite	-39,83
13. Gastos Pessoal Consolidado (Exec + Legislativo)	---
14. Percentual Consolidado (Executivo + Legislativo)	---

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o município gastou com despesas de pessoal, o montante de 14,17% de sua Receita Corrente Líquida, ou seja, ESTÁ CUMPRINDO OS LIMITES de pessoal estabelecidos no Artigo 169 da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alíneas a e b, da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante destes números, o município não está obrigado a adotar as medidas enunciadas no Parágrafo Único, incisos I a V, do Artigo 22 da LRF, pois sequer atingiu o limite prudencial (51,3% da RCL). Os gastos com inativos e pensionistas do Município, na ordem de R\$. 0,00, representa 0,00% da Receita Corrente Líquida do período (R\$. 102.381.584,90), evidenciando que FOI CUMPRIDO o disposto no Artigo 2º, § 1º, da Lei Federal nº. 9.717/98, bem como o disposto no Artigo 59, § 1º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Justificativas do Responsável:

Observações do Controlador:

Saudade do Iguacu - PR, 14/03/2016


SIDNEI LUIZ DERLAN
Coordenador Controle Interno